

**FATORES EXPLICATIVOS DO NÍVEL DE EVIDENCIAÇÃO DO ATIVO  
IMOBILIZADO: UM ESTUDO NAS EMPRESAS DO SETOR INDUSTRIAL  
LISTADAS NA BM&FBOVESPA**

**MÔNICA CAMPOS DA SILVA**

Universidade Federal do Paraná - UFPR  
monica.campos\_cic@hotmail.com

**SANDI KUTIANSKI**

Universidade Federal do Paraná - UFPR  
skutianski@hotmail.com

**LUCIANO MARCIO SCHERER**

Universidade Federal do Paraná - UFPR  
lmscherer@ufpr.br

## ÁREA TEMÁTICA: Finanças

### FATORES EXPLICATIVOS DO NÍVEL DE EVIDENCIAÇÃO DO ATIVO IMOBILIZADO: UM ESTUDO NAS EMPRESAS DO SETOR INDUSTRIAL LISTADAS NA BM&FBOVESPA

#### RESUMO

O processo de convergência pelo qual passa a contabilidade promove uma série de novas exigências para as empresas, este trabalho tem como objetivo identificar o nível de atendimento à divulgação obrigatória recomendado pelo pronunciamento CPC 27 nas empresas brasileiras do setor industrial, bem como identificar fatores significativos que explicam o nível *disclosure* no período de 2008 a 2013. Trata-se de um estudo descritivo com abordagem quantitativa dos dados. A coleta dos dados se deu pela análise das notas explicativas e sua pontuação para cálculo do índice de evidenciação com base em seis métricas elaboradas a partir das exigências de divulgação contidas no pronunciamento CPC 27, para a formulação das *proxies* do estudo a explicar o nível de *disclosure* foi utilizado a base de dados *Bloomberg*™. Através do método Dados em Painel foram testadas sete hipóteses. O modelo propõe que as variáveis tamanho, endividamento, aplicação do CPC e *Big Four* se mostraram significantes na explicação do nível de divulgação. Conclui-se pelo reduzido nível de evidenciação dos itens do ativo imobilizado, pois mesmo empresas auditadas pelas maiores empresas de auditoria não apresentaram total evidenciação de acordo com o pronunciamento em questão.

**Palavras-chave:** *Disclosure*. CPC 27. Dados em Painel.

### EXPLICATIVE FACTORS LEVEL DISCLOSURE OF FIXED ASSETS: A STUDY IN THE INDUSTRIAL SECTOR COMPANIES LISTED ON BM & FBOVESPA

#### ABSTRAT

The convergence process by which accounting shall promote a series of new requirements for companies, this study aims to identify the level of compliance with mandatory disclosure recommended by the CPC in 27 Brazilian companies from the industrial sector, and identify significant factors explain the disclosure level in the period 2008-2013. This is a descriptive study with a quantitative approach to the data. Data collection was done through the analysis of explanatory notes and your score to calculate the index of disclosure based on six metrics drawn from the disclosure requirements contained in CPC 27, the proxies for the formulation of the study to explain the level of disclosure-based *Bloomberg*™ database was used. Through Panel Data method seven hypotheses were tested. The model proposes that the size variables, debt, applying CPC Big Four and shown to be significant in explaining the level of disclosure. It was concluded by the reduced level of disclosure of items of fixed assets, because even companies audited by larger audit firms did not present full disclosure in accordance with the statement in question.

**Keywords:** *Disclosure*. CPC 27. Panel Data.

## 1. INTRODUÇÃO

As práticas contábeis aplicadas no Brasil vêm sofrendo mudanças nos últimos anos. Podemos atribuir como principal motivo para essas alterações, a necessidade de alinhamento das normas contábeis brasileiras com as aplicadas no âmbito internacional, o chamado processo de convergência contábil.

No Brasil, esforços vêm sendo realizados no intuito de alinhar as práticas contábeis locais com as realizadas nos demais países, entretanto, foi a partir da criação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) em 2005 que passos mais firmes foram dados rumo ao processo de convergência contábil. O CPC criado pela Resolução CFC nº. 1.055 de setembro de 2005 – tem por finalidade agilizar o processo de revisão de normas contábeis no Brasil e de cobrir uma grande lacuna no cenário contábil nacional. Saliente-se que o objetivo do CPC é “o estudo, o preparo e a emissão de Pronunciamentos Técnicos sobre procedimentos de Contabilidade com a divulgação de informações dessa natureza, para permitir a emissão de normas pela entidade reguladora brasileira, visando à centralização e uniformização do seu processo de produção, levando sempre em conta a convergência da Contabilidade Brasileira aos padrões internacionais.” (RESOLUÇÃO CFC nº 1.055/2005).

Schroeder, Clark e Cahey, (2001), destacam que dentre as possíveis vantagens, para as entidades brasileiras, estão à provável redução do custo de captação e uma maior valorização das ações no mercado de capitais.

Paralelamente, na percepção dos usuários externos da informação contábil, principalmente os menos providos de informações, tais como os acionistas minoritários, acredita-se que, com a realização da convergência, haverá uma maior qualidade dos informes financeiros, bem como melhoria no nível de evidenciação - *disclosure*, reduzindo assim a assimetria informacional.

No que tange ao nível de evidenciação das informações financeiras, Bushman, Piotroski e Cmith (2004) definem *disclosure*, como a ampla disponibilidade de informações específicas da companhia para aqueles que estão de fora da organização.

Cruz e Lima (2010), relatam que essa disponibilidade de informações ocorre, dentre outras formas, através da evidenciação de relatórios corporativos que podem englobar tanto informações obrigatórias por lei, quanto as informações voluntárias, quantitativas ou qualitativas, positivas ou não.

A adequada evidenciação das informações, observando normas de contabilidade financeira de qualidade, permite ao investidor verificar a criação de valor proporcionada pela empresa, visto que as chances de erros são menores (BUSHMAN; SMITH, 2003).

O pronunciamento CPC 27 - Ativo Imobilizado, a partir do item 73, estabelece uma série de exigências referentes a divulgação, sendo essas relacionadas principalmente ao reconhecimento, movimentação e baixa dos ativos fixos das companhias.

Sabe-se que o ativo imobilizado exerce papel basilar para a continuidade operacional de muitas entidades, dada essa importância, torna-se imprescindível a divulgação de informações sobre o estado e a movimentação de tais ativos, principalmente para subsidiar as decisões de investidores que não possuem acesso direto à gestão da entidade.

Nesse contexto, a adesão às novas normas contábeis convergidas, no que tange a aplicação de critérios utilizados para a evidenciação do ativo imobilizado, e no intuito de contribuir com os avanços dos estudos na área, o presente trabalho intenta responder a seguinte questão: **Quais os fatores explicativos do nível de *disclosure* do ativo imobilizado das empresas de capital aberto no Brasil?**

Em decorrência deste questionamento o objetivo deste estudo é identificar os fatores explicativos do nível de evidenciação do ativo imobilizado nas empresas de capital aberto brasileiras. De modo específico será analisado as empresas do setor industrial listadas no sítio

da Bolsa de Valores de São Paulo - BM&FBovespa.

O artigo está dividido em seções, além desta introdução; a seção seguinte apresenta uma breve revisão da literatura a respeito dos assuntos ligados ao tema; a seguir são apresentados os procedimentos metodológicos, análises dos resultados e por último, considerações finais do estudo.

## **2. PLATAFORMA TEÓRICA**

### **2.1. ATIVO IMOBILIZADO CPC – 27 E IAS 16**

De acordo com Martins, Gelbcke, Santos e Iudícibus (2013), o ativo imobilizado é composto por todos os ativos tangíveis ou corpóreos de permanência duradoura, destinados ao funcionamento normal da sociedade e de seu empreendimento, assim como os direitos exercidos com essa finalidade.

O Pronunciamento Técnico CPC 27, define o ativo imobilizado como o tangível que (item 6 – definições): é mantido para uso na produção ou fornecimento de mercadorias ou serviços, para aluguel a outros, ou para fins administrativos; e se espera utilizar por mais de um período.

O ativo imobilizado deve ser inicialmente reconhecido pelo seu custo, que inclui o preço pago para adquiri-lo, acrescido de impostos de importação e impostos não recuperáveis sobre a compra; ainda custos para colocá-lo nas condições de uso e os custos que se espera incorrer para desmontá-lo ou removê-lo (CPC 27, item 16). De acordo com o IAS 16, após o reconhecimento inicial, sua mensuração pode ser realizada pelo método de custo ou pelo método de reavaliação, entretanto a utilização desde último não é legalmente permitida no Brasil.

Szuster e Fernandes (2009), destacam que o ativo imobilizado tem como característica preponderante gerar continuamente outros ativos que serão transacionados e futuramente convertidos em ativos cada vez mais líquidos, como por exemplo, contas a receber e disponibilidades.

Por sua vez, Assaf Neto (2008) salienta que o ativo imobilizado exerce grande influência sobre a atividade da empresa, notadamente sobre seus rendimentos e liquidez esperados. O autor relata que por se constituir no grupo geralmente mais representativo da estrutura patrimonial de uma empresa, os investimentos em imobilizado requerem, por parte do analista, uma avaliação mais acurada.

Pela importância do ativo imobilizado na continuidade operacional das entidades e principalmente para subsidiar as decisões de investidores que não possuem acesso direto à informação da gestão da entidade, espera-se encontrar crescimento no nível de evidenciação dos itens do ativo imobilizado decorrente das exigências do CPC 27.

### **2.2. DISCLOSURE DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS-FINANCEIRA**

Para Murcia, Souza, Dill e Costa Junior (2011) o *disclosure*, refere-se ao ato de divulgar, evidenciar, tornar algo evidente e público, já no campo corporativo o termo *disclosure* está envolvido no preceito de transparência e relaciona-se à evidenciação de informações, que pode ser voluntária/discricionária, quando trata de informações suplementares, ou obrigatória, quando exigida por leis, contratos ou outros fatos legais.

O *disclosure* obrigatório, caracterizado pela obrigatoriedade legal, é considerada um meio de garantir uma maior confiabilidade e padronização das informações divulgadas, assegurando assim, o provimento de informações tempestivas e de qualidade aos usuários.

Quando voluntário, o *disclosure* se caracteriza pela divulgação de informações complementares, por isso pode ser entendida como uma provável vantagem competitiva para

a empresa, reduzindo riscos e à assimetria informacional (MURCIA; SOUZA; DILL; COSTA JUNIOR, 2011).

Entre as diversas formas de *disclosure*, destacam as demonstrações contábeis, as informações entre parênteses, as notas explicativas, os quadros e as demonstrações suplementares, os comentários do auditor e o relatório da administração (HENDRIKSEN; BREDA, 1999).

A divulgação deve acatar a relevância das informações que vão ser evidenciadas, a fim de possibilitar aos usuários uma visão mais ampla da situação da empresa e para que não haja custos desnecessários no processo de *disclosure*. Vale ressaltar que o excesso de informações disponibilizada pode confundir o usuário (Murcia, 2009).

A partir da classificação em *disclosure* obrigatório e voluntário, Verrecchia (2001), aponta três principais linhas de pesquisas envolvendo *disclosure*, sendo elas: *Association-based disclosure*, cujo objetivo principal consiste em analisar a associação ou a relação entre o nível de divulgação das informações contábeis e as mudanças comportamentais dos investidores; *efficiency-based disclosure*, que envolve estudos realizados sobre a divulgação preferida ou mais eficiente para subsidiar decisões dos interessados na ausência de prévio conhecimento das informações; e *discretionary-based disclosure*, cujas pesquisas examinam a discricionariedade, ou seja, os motivos, dos gestores ou da organização, para evidenciar determinadas informações.

Estudos empíricos vêm sendo realizados, na intenção de verificar a aderência aos pronunciamentos do CPC, em destaque podemos citar, Loureiro, Gallon, De Luca (2011) – CPC 07; Miranda, Tomé e Gallon (2011) - CPC 10 e CPC 33; Souza, Borba, Zandonai (2011) – CPC 01; Gallon, Crippa, Gois e De Luca (2012) – CPC 06; Ponte, De Luca, Oliveira, Aquino e Cavalcante (2012) – CPC 13; Andrade, Fontana e Macagnan (2013)- CPC 12; Reis e Nogueira (2012) – CPC 27; Freri e Saloti (2013)- CPC 28; Reis, Anjos, Sedyiyama e Lélis (2013) – CPC 01, Schvirck, Lunkes e Gasparetto (2013) – CPC 22. Verificou-se uma lacuna quanto a evidenciação do CPC 27.

### **3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

Nesta seção são apresentados a classificação, métodos e técnicas pelas quais a pesquisa foi delineada, bem como a seleção da amostra, a obtenção de dados e o desenho da pesquisa com a descrição da métrica elaborada, das *proxies* das variáveis e formulação das hipóteses de pesquisa.

#### **3.1. Classificação, Método e Técnicas de Pesquisa**

Trata-se de uma pesquisa empírica, bibliográfica e documental que com base em dados secundários visa embasar a resposta do problema de pesquisa. Baseia-se portanto na tipologia de pesquisa descritiva, que segundo Cooper e Schindler (2003) busca descrever as características de determinado fenômeno ou ainda o estabelecimento de relação entre variáveis, quanto a abordagem metodológica, o presente estudo é classificado como quali-quantitativo, visto que para responder a questão de pesquisa utilizou-se da técnica estatística Dados em Painel, sendo necessário também a análise qualitativa para obtenção da variável dependente do estudo.

### 3.2. Seleção das Empresas e Período de Análise

Para o desenvolvimento da presente pesquisa, a amostra é tida como intencional, sendo selecionadas 35 empresas do setor de bens industriais conforme classificação da BM&F Bovespa, que agrupa as empresas listadas em setores específicos de atividades. Foram excluídas duas empresas por falta de dados no período, reduzindo portanto a amostra para 33 empresas. O setor escolhido se justifica pela importância dos investimentos em ativos imobilizados. Segundo Reis e Nogueira (2012), alterações no ativo imobilizado podem impactar a estrutura das empresas dada a relevância em seu patrimônio, em especial em segmentos com grau de imobilização mais alto. O período da análise compreende os anos de 2008 a 2013, e foi dividido em duas etapas: durante (anos de 2008 e 2009) e depois da adoção das IFRS (anos de 2010, 2011, 2012 e 2013).

### 3.3. Fatores Explicativos do Nível de *Disclosure* do Ativo Imobilizado.

Nesta seção discutiremos a variável dependente e seus possíveis determinantes. Tomamos o índice de evidenciação, calculado em conformidade com o pronunciamento CPC-27 como *proxy* para a variável dependente. Como fatores explicativos ou fatores determinantes do nível de divulgação durante e depois da adoção ao IFRS para a amostra do estudo, selecionou-se o seguinte elenco com suas respectivas variáveis *proxies*:

**Tamanho:** Grandes empresas possuem um setor de contabilidade mais estruturado (DEPOERS; 2000), têm preocupação com a formação continuada e seus gestores tendem a acreditar mais fortemente nos benefícios do *disclosure* (HOSSAIN; 2008). O *disclosure* tende a aumentar a visibilidade do mercado como um todo, como exemplo, atrair investidores maiores e a atenção do governo, essa última acarreta para a empresa o chamado custo político (WATTS; ZIMMERMAN, 1986). Nessa lógica as grandes empresas sofrem pressões políticas, pela sua importância na economia, refletida na quantidade de bens e serviços produzidos e nos empregos gerados (WALLACE; NASER, 1995). Outro fator ligado ao tamanho e altamente relevante na determinação do nível de *disclosure* é o custo de preparação e transmissão da informação, sendo relativamente menor do que para empresas de menor porte. Portanto espera-se que empresas maiores possuam um *disclosure* de melhor qualidade no que tange seu investimento em ativos imobilizados, pois os benefícios tendem a ser maiores.

A variável Tamanho será medida pelo logaritmo natural da receita operacional líquida anual, semelhante a outros estudos como Perobelli e Famá (2003 e 2002), Scott e Martin (1975), Ferri e Jones (1979) e Rajan e Zingales (1995).

H1: Empresas maiores possuem um maior nível de adequação as exigências de evidenciação do imobilizado do que as empresas menores.

**Tangibilidade dos Ativos:** Na literatura nacional, a principal classificação do grupo de aplicações de recursos é a que separa os ativos circulantes dos ativos não circulantes, fazendo parte deste último os ativos de natureza fixa, ou seja, o imobilizado cuja aquisição se justifica pelo seu caráter de uso operacional. Como verificado por Carvalho, Kayo e Martins, (2010) a tangibilidade dos recursos contribuiu de forma significativa para a persistência do desempenho superior das firmas de diversos setores da economia. Espera-se que as empresas com maior quantidade de ativos fixos possuam um *disclosure* do seu ativo imobilizado de melhor qualidade, já que representam os bens geradores de benefícios econômicos a entidade. A *proxy* utilizada para medir a tangibilidade dos ativos de uma empresa foi o quociente de

Imobilizado Líquido da Depreciação sobre o Ativo Total, semelhante ao estudo de Titman e Wessels (1988) e Demirgüç-Kunt e Maksimovic (1999).

H2: Empresas com maior imobilização possuem um maior nível de adequação as exigências de evidenciação do imobilizado que empresas com menor imobilização.

**Endividamento:** As empresas obedecem a uma hierarquia de escolhas ao definirem sobre como irão financiar seus projetos, recorrendo inicialmente a recursos gerados internamente, seguido de emissão de dívidas e, por último, emissão de novas ações, essa hierarquia é conhecida como a Teoria da *Pecking Order*. Financiadores de capital sejam acionistas ou credores, necessitam verificar o potencial de recuperabilidade dos ativos de seus devedores, uma vez que é possível que seus investimentos não estejam gerando retorno suficiente para necessidade de capital, de modo a comprometer a capacidade de pagamento (SOUZA; BORBA; WUERGES; LUNKES, 2011). Ahmed e Nicholls (1994) argumentam que empresas com maiores níveis de endividamento são monitoradas de maneira mais rigorosa pelas instituições financeiras, sendo sujeitas a divulgar mais informações que empresas com menores níveis de endividamento. Neste sentido, quanto maior a alavancagem espera-se um maior o grau de *disclosure* do imobilizado da empresa, já que a disponibilização de informações contribui para resolver o problema de monitoramento entre acionistas e credores. A proxy utilizada para operacionalização da variável de endividamento foi o quociente de Passivo Total sobre o Ativo Total, semelhante aos estudos de Souza, Borba, Wuerges e Lunkes (2011) e Murcia (2009).

H3: Empresas mais endividadas possuem um maior nível de adequação às exigências de evidenciação do imobilizado que as empresas menos endividada.

**Rentabilidade:** Como argumento da existência de deduções fiscais advindas da despesa com depreciação e ainda da capacidade de influência das informações financeiras divulgadas pelas empresas sobre os agentes econômicos, gestores usualmente têm fortes incentivos para gerenciar os resultados financeiros reportados (BAPTISTA, 2008). O Gerenciamento de Resultados representa um conjunto de práticas adotadas com o objetivo de se obter os resultados financeiros esperados, sendo que, normalmente, referem-se a manipulações dentro dos limites legais (MARTINEZ, 2001; BURGSTAHLER; DICHEV, 2007; RODRIGUES; PAULO; CARVALHO, 2007). Ainda conforme os referidos autores, esse conjunto de práticas influencia na análise das informações e no processo de alocação dos recursos na economia, corroborando com essa ideia Lapointe-Antunes, Cormier e Magnan (2008) verificaram relação direta entre rentabilidade e escolhas contábeis gerenciais, haja visto que grande parcela da remuneração dos gestores está vinculado ao desempenho obtido. Assim espera-se que a rentabilidade possa ter relação positiva com o *disclosure* do imobilizado. Medimos rentabilidade como proporção do lucro antes de juros, impostos e depreciação (EBITD) aos ativos totais, como Titman e Wessels (1988) e Ozkan (2001).

H4: Empresas mais rentáveis possuem um maior nível de adequação as exigências de evidenciação do imobilizado que as empresas menos rentáveis.

Como variáveis de controle foram consideradas além do ano, as seguintes variáveis *dummy*: Aplicação do CPC, Auditoria por *Big Four* e Governança Corporativa.

**Aplicação do CPC:** A deliberação CVM nº 583 de 31 de julho de 2009, aprovou e tornou obrigatório para as companhias abertas, o Pronunciamento Técnico CPC 27, emitido pelo

Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, que trata do ativo imobilizado, aplicando-se aos exercícios encerrados a partir de dezembro de 2010 e às demonstrações financeiras de 2009 a serem divulgadas em conjunto com as demonstrações de 2010 para fins de comparação. Com o objetivo de sinalizar o marco obrigatório da aplicação do CPC, foi atribuído 1 para as empresas que aplicaram no ano, e 0 para as empresas que não aplicaram.

H5: Com a adoção das normas internacionais de contabilidade o nível de *disclosure* das empresas tende a ser maior.

**Auditados por Big Four:** A entidade deve contabilizar mudanças na política contábil resultante da adoção aos pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações (CVM nº 619/09). Watts e Zimmermam (1986) afirmam que auditores tendem a influenciar seus clientes a verificar o máximo de informações possíveis, já que em alguns casos também arcam com o custo da não divulgação ou evidencição adulterada de informações. Empresas de auditoria pertencentes ao seletto grupo das *Big Four* tendem a não se associar a clientes com um nível baixo de evidencição (AHMAD; HASSAN; MOHAMMAD, 2003). Frost, Gordon e Pownall (2008) discorrem que auditores que trabalham em uma *Big Four* são mais exigentes no que compete à adequabilidade das informações divulgadas com as normas de contabilidade pertinentes, por esta razão o *disclosure* praticado por empresas auditadas por uma das *Big Four* tende a ser melhor. Assim espera-se que empresas auditadas pelas *Big Four* tenha maior *disclosure* das políticas de controle e ajustes do imobilizado. Foi atribuído 1 para empresas auditadas pelas *Big Four* e 0 para não auditadas.

H6: Empresas auditadas por “*Big Four*” possuem um maior nível de adequação as exigências de evidencição do imobilizado do que as empresas auditadas por outras empresas de auditoria independente.

**Governança Corporativa:** A BM&FBovespa possui três níveis diferenciados de governança corporativa, quais sejam: Nível I, Nível II e Novo Mercado, a empresa no momento de sua listagem decide em qual dos níveis ela quer se comprometer, já que a partir dessa decisão irá incorrer em uma série de obrigações com o mercado, Murcia (2009) atenta para a questão de que essa adesão também tende a influenciar o *disclosure* da empresa. As boas práticas de governança corporativa possuem a transparência e a *compliance* como seus pilares, neste sentido o que é determinado em normas devem ser evidenciados pelas empresas – *Disclosure* obrigatório. Espera-se que empresas que adotam níveis diferenciados de Governança Corporativa possuem maior aderência as exigências de evidencição do imobilizado. Utilizou-se também uma variável dicotômica, sendo atribuído 1 pela adoção da empresa aos níveis diferenciados de governança corporativa até o final de 2013, e 0 para a empresa não participante desses níveis.

H7: Empresas que adotam nível diferenciado de Governança Corporativa possuem um maior nível de adequação as exigências de evidencição do imobilizado do que as empresas não aderentes a tais níveis.

### 3.4. Procedimentos de Coleta de Dados

Com a finalidade empírica de averiguar qual a relação existente entre nível de evidencição baseado no pronunciamento CPC 27 e os fatores que podem explicar sua mudança durante e depois da adoção das IFRS, foram observadas informações que serviriam para o cálculo das *proxies* da variável dependente e das variáveis independentes, assim a



coleta dos dados ocorreu em duas etapas, a primeira foi a coleta das notas explicativas dos anos 2008 a 2013. Essas notas explicativas foram obtidas diretamente no sítio da Comissão de Valores Mobiliários – CVM e foram analisados com o objetivo de calcular um índice (percentual), denominado “índice de divulgação”. Como parâmetro de medição do nível de divulgação, utilizou-se uma métrica de verificação baseada nas exigências de divulgação contidas no Pronunciamento Técnico CPC- 27 emitido em 2010.

O tratamento dos dados foi a análise de conteúdo. Como procedimento para o cálculo do índice de evidenciação, adotou-se uma pontuação estabelecendo como referência 1 para a evidenciação do item e 0 para a ausência de evidenciação do item. Assim o índice é obtido pelo total de itens evidenciados dividido pelo total de itens exigidos, vale ressaltar que o total de itens exigido foi considerado especificadamente para cada empresa, já que existem determinações que não se aplicam em alguns casos.

A segunda coleta de dados foi através do banco de dados *Bloomberg*, permitindo a elaboração das *proxies* para o período 2008 a 2013. Os dados da amostra foram constituídos com empresas que possuíam no período as informações requeridas para a elaboração das *proxies* em estudo, perfazendo uma amostra final de 33 empresas e 198 observações. A tabela 1 resume as variáveis constantes no estudo e expõe o resultado esperado para cada uma delas.

Tabela 1- Descrição das variáveis

Variável	Proxy	Resultado Esperado	Fonte
<b>Índice de Evidenciação</b>	Presença ou ausência de itens do CPC-27		Nota Explicativa
<b>Tamanho</b>	LN Vendas Líquidas	+	<i>Bloomberg</i>
<b>Tangibilidades dos Ativos</b>	Imobilizado/Ativo Total	+	<i>Bloomberg</i>
<b>Endividamento</b>	Passivo Exigível/Ativo Total	+	<i>Bloomberg</i>
<b>Rentabilidade</b>	EBITD/Ativo Total	+	<i>Bloomberg</i>
<b>Aplicação CPC</b>	1- Aplicou no ano 0- Não Aplicou no ano	+	Nota Explicativa
<b>Auditados por Big Four</b>	1- Auditada por <i>Big Four</i> 0- Não Auditada por <i>Big Four</i>	+	Nota Explicativa
<b>Governança Corporativa</b>	1- Se participar do nível 0- Se não participar do nível	+	Nota Explicativa

Fonte: Elaborado pelos autores

O instrumento de análise multivariada aplicada na pesquisa é o método Dados em Painel, cujo objetivo é combinar as características de séries temporais e de seção transversal (CUNHA; COELHO, 2009). O modelo de estimação está associado a variação do nível de evidenciação e seus fatores explicativos para cada empresa *i* em determinado ano *t*.

$$\Delta Ind. Evid_{it} = \beta_0 + \beta_1 Tam_{it} + \beta_2 Tang_{it} + \beta_3 End_{it} + \beta_4 Rent_{it} + \beta_5 CPC_{it} + \beta_6 BigFour_{it} + \beta_6 GC_{it} + \varepsilon \quad (1)$$

Onde , *Ind. Evid*, representa o índice de evidenciação;

$\beta_1 Tam_{it}$ , representa a variável tamanho;

$\beta_2 Tang_{it}$ , representa a variável Tangibilidades dos Ativos;

$\beta_3 End_{it}$ , representa a variável Endividamento;

$\beta_4 Rent_{it}$ , representa a variável Rentabilidade;

$\beta_5 CPC_{it}$ , representa a *dummy* de aplicação do CPC;

$\beta_6 BigFour_{it}$ , representa a *dummy* de auditada por *Big Four*;

$\beta_6 GC_{it}$ , representa a *dummy* de níveis diferenciados de Governança Corporativa e

$\varepsilon$ , representa o erro.

#### 4. ANÁLISE DOS DADOS

O presente estudo verificou as Notas Explicativas, referentes os anos de 2008 a 2013, de todas as empresas listadas no setor de Bens Industriais da BM&FBovespa, tendo sido identificado 35 empresas com dados para a análise em cada ano, sendo que duas entidades com dados faltantes no período foram excluídas da amostra. Levando em consideração as 33 empresas analisadas, no total para os seis anos do estudo tivemos 198 observações.

Quanto ao nível de evidenciação concernente a cada empresa, a Tabela 2 traz os resultados da estatística descritiva dos dados encontrados.

Tabela 2: Estatística Descritiva do Nível de Evidenciação

Estatística Descritiva do Nível de Evidenciação (em %)						
	2008	2009	2010	2011	2012	2013
<b>Média</b>	33.9%	38.2%	53.7%	52.6%	53.2%	51.6%
<b>Mediana</b>	36.7%	40.0%	53.3%	53.3%	50.0%	50.0%
<b>Moda</b>	43.3%	43.3%	46.7%	70.0%	50.0%	46.7%
<b>Desvio Padrão</b>	12.4%	9.6%	14.1%	12.7%	13.0%	13.5%
<b>Máximo</b>	53.3%	56.7%	76.7%	73.3%	73.3%	76.7%
<b>Mínimo</b>	16.7%	20.0%	20.0%	26.7%	26.7%	26.7%
<b>Observações</b>	33	33	33	33	33	33

Observa-se na Tabela 2 que a média percentual de evidenciação efetuada pelas empresas apresentou uma evolução ao longo dos anos, sendo que o crescimento maior ocorreu em 2010, tendo em vista principalmente o início da aplicação do Pronunciamento CPC - 27. Destaca-se que não foi identificada, na amostra uma empresa com evidenciação plena das informações exigidas pelo CPC-27, já que alguns de seus itens não são aplicáveis. Pode-se verificar também que o desvio padrão na amostra se manteve praticamente constante em todos os anos, isso indica que a dispersão nos índices encontrados se manteve em torno de 12% de distanciando da média observada.

##### 4.1. Determinantes da Evidenciação dos Ativos Imobilizados

Inicialmente a análise dos resultados requereu a identificação da abordagem mais apropriada para os fins desta pesquisa: efeitos fixos ou efeitos aleatórios. O nível de significância utilizado para as análises foi de 0,05. No processo de seleção e escolha do modelo foi empregado o Teste de Hausman, usado para decidir entre o modelo de efeitos fixos e o de efeitos aleatórios. A Tabela 3 apresenta os resultados do teste.

Tabela 3 – Resultados do teste de Hausman

Decisão	Estatística do teste	Prob.	Interpretação
Efeitos Fixos X Efeitos Aleatórios	2.15	0.9051	O modelo de efeitos aleatórios é mais apropriado.

Pela aplicação do Teste de Hausman foi testado a hipótese nula de que o modelo de efeitos aleatórios é mais adequado para análise do que o de efeitos fixos. Pelo resultado do teste (Tabela 3), se aceita a hipótese nula (Prob. = 0.9051 > 0.05), assim, a abordagem considerada para análise dos dados desta pesquisa foi a de efeitos aleatórios, portanto, os resultados da regressão efetuada sob esta abordagem estão descritos na Tabela 4.

**Tabela 4 – Resultados da regressão com efeitos aleatórios**

Variável dependente: Evidenciação				
Observações: 198				
Período: 2008-2013				
Variável	Coefficiente	Erro Padrão	T	Valor-P
<b>Tamanho</b>	0.0483	0.0187	2.58	0.010
<b>Tangibilidade</b>	-0.0351	0.0738	-0.48	0.634
<b>Endividamento</b>	0.0009	0.0002	3.22	0.001
<b>Rentabilidade</b>	0.0605	0.0252	2.39	0.017
<b>Aplicação CPC</b>	0.1681	0.0137	12.21	0.000
<b>Big Four</b>	0.0422	0.0256	1.65	0.099
<b>Governança</b>	0.0183	0.0340	0.54	0.589
<b>Constante</b>	0.0522	0.1123	0.46	0.642

Estat. F: 0.000  
R<sup>2</sup>: 0.5249

Verificando os resultados apresentados na Tabela 4, percebe-se que as variáveis Tamanho, Endividamento, Rentabilidade, Aplicação do CPC e *Big Four* se mostram significativas para influenciar o nível de evidenciação do ativo imobilizado, contudo foi constatado, no modelo exposto, problema de multicolinearidade entre variáveis independentes Endividamento e Rentabilidade. Conforme explicam Cunha e Coelho (2009), a multicolinearidade ocorre quando duas variáveis independentes possuem alta correlação entre si, este fato induz a dificuldade de identificação dos reflexos individuais que cada uma destas variáveis exerce sobre a variável dependente, comprometendo o poder explicativo do modelo.

Para resolver o problema de multicolinearidade, optou-se pela exclusão das variáveis. O modelo mantendo o endividamento e excluindo a variável rentabilidade, mostrou-se melhor, tendo em vista que a variável endividamento manteve-se significativa ao nível de 5%. Já no modelo excluindo o endividamento e mantendo a variável rentabilidade, a variável rentabilidade deixou de ser significativa, para explicar as variações no nível de evidenciação praticado pelas empresas.

Desta maneira, a Tabela 5 apresenta os resultados do modelo final adotado, ou seja, excluída a variável independente rentabilidade.

**Tabela 5 – Resultados da regressão com efeitos aleatórios sem a Rentabilidade**

Variável dependente: Evidenciação				
Observações: 198				
Período: 2008-2013				
Variável	Coefficiente	Erro Padrão	T	Valor-P
<b>Tamanho</b>	0.0458	0.0190	2.40	0.016
<b>Tangibilidade</b>	-0.0396	0.0752	-0.53	0.598
<b>Endividamento</b>	0.0004	0.0001	2.14	0.032
<b>Aplicação CPC</b>	0.1648	0.0138	11.91	0.000
<b>Big Four</b>	0.0452	0.0259	1.74	0.081

<b>Governança</b>	0.0201	0.0347	0.58	0.562
<b>Constante</b>	0.0744	0.1141	0.65	0.514
Estat. F: 0.000				
R <sup>2</sup> : 0.5099				

Analisando o poder explicativo de cada variável independente, constata-se que as variáveis Tamanho, Endividamento, Aplicação do CPC e *Big Four* são significativas, para explicar o nível de evidenciação dos ativos imobilizados. O modelo apresenta R<sup>2</sup> de 0,5099, o que significa que em conjunto as variáveis são capazes de explicar 50% da variância de y que é a variável dependente índice de divulgação.

No que tange à análise individual das variáveis constatou-se que ao nível de significância de 5%, a variável tamanho da empresa mostrou-se significativa para explicar a extensão do *disclosure* do ativo imobilizado, como era esperado, empresas maiores tendem a apresentar um maior nível de evidenciação de suas informações.

Da mesma forma, a variável endividamento mostrou-se significativa, ao nível de 5%, para explicar a extensão do *disclosure* do ativo imobilizado, da forma como era esperado, empresas com maiores índices de dívida tendem a apresentar um maior nível de evidenciação de suas informações.

Com relação à variável empresa auditoria, ao nível de significância de 10% também se apresentou significativa no modelo. Os resultados confirmam a hipótese que empresas auditadas por *Big Four* possuem um maior nível de adequação as exigências de evidenciação dos itens do ativo imobilizado do que as auditadas por outras empresas de auditoria independente.

Entretanto, salienta-se que apesar dos resultados indicarem que empresas auditadas por *Big Four*, em média, possuem um melhor nível de evidenciação, nenhuma das empresas divulgou plenamente todos os requisitos exigidos pelo CPC – 27.

A variável aplicação do CPC 27, confirmou que a adoção das normas internacionais de contabilidade proporcionou a elevação do nível de evidenciação das informações sobre o ativo imobilizado das companhias, e é significativa para explicar o nível de evidenciação.

## 5. CONCLUSÃO

Este artigo teve por objetivo identificar os fatores explicativos do nível de evidenciação do ativo imobilizado nas empresas de capital aberto brasileiras. De modo específico foi analisado as empresas do setor industrial listadas no sítio da Bolsa de Valores de São Paulo - BM&FBovespa. Foram analisados dados de 33 companhias brasileiras através de regressão com dados em painel.

O resultado da regressão com efeitos aleatórios indica uma relação significativa e positiva entre o nível de *disclosure* do ativo imobilizado e as variáveis: tamanho, endividamento, aplicação do CPC e *Big Four*.

Foi confirmada a hipótese de que grandes empresas e empresas com maior nível de endividamento possuem maior nível de adequação as exigências de evidenciação do imobilizado, sugerindo que a intenção da empresa em bem informar seus usuários no que se refere aos preceitos do CPC 27 tem relação ao seu tamanho, que teve como *proxy* o logaritmo natural das vendas líquidas, e sua estrutura de endividamento, medido pelo quociente do total do passível exigível sobre o total do ativo. Esse resultado pode ser atribuído a redução de custos de divulgação que empresas com essas características podem ter.

Da mesma forma, as empresas auditadas por *Big Four* apresentaram-se mais alinhadas as orientações do CPC, indicando a associação dos processos de auditorias com as novas exigências contábeis.

A CVM determina que as empresas devem contabilizar mudanças na política de contábil resultante da adoção aos pronunciamentos contábeis, e foi constatado que para a amostra analisada houve aderência de fato aos novos preceitos relacionados ao ativo imobilizado, resultando na elevação do nível de evidenciação. Essa relação foi verificada pela *dummy* de aplicação do CPC.

As variáveis tangibilidade e governança corporativa não se mostraram significantes no modelo apresentado, assim as proporções de ativos fixos no patrimônio da entidade não estimulam maiores preocupações com a divulgação da empresa, também sua participação em níveis diferenciados de governança corporativa não é atributo para variação do nível de evidenciação do imobilizado na amostra estudada, vale ressaltar que essas variáveis apresentaram-se com sinais diferentes do esperado, não contribuindo para a explicação do nível de divulgação.

A questão pesquisa, bem como o objetivo proposto foram atendidos, uma vez que constatou-se o grau de atendimento ao CPC 27, bem como os motivos de uma maior divulgação de elementos do ativo imobilizado. Conclui-se pelo reduzido nível de evidenciação dos itens do ativo imobilizado, pois mesmo empresas auditadas pelas maiores empresas de auditoria não apresentaram total evidenciação de acordo com o pronunciamento em questão.

A principal contribuição da pesquisa foi a composição das variáveis no modelo, já que foram testadas variáveis que teoricamente teriam influência na variação do nível de evidenciação do ativo imobilizado, ressalta-se que o poder de explicação do modelo foi de 50%. Pesquisas com esse escopo são importantes para verificação da convergência de fato das empresas brasileiras.

Sugere-se para futuras pesquisas que outros fatores sejam investigados na literatura, a fim de aprimorar o modelo proposto, ainda a investigação em outros setores da economia.

## 6. REFERÊNCIAS

- ANDRADE, A. F.; FONTANA, F. B.; MACAGNAN, C. B. **Um estudo sobre a evidenciação do ajuste a valor presente nas empresas listadas na BM&FBovespa.** Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ. Rio de Janeiro, v. 18, n.1, p. 62 - p. 80, jan./abr. 2013.
- AHMAD, Z.; HASSAN, S.; MOHAMMAD, J. **Determinants of environmental reporting in Malaysia.** International Journal of Business Studies, v.11, p.69- 90. 2003.
- AHMED, K.; NICHOLLS, D. **The impact of non-financial company characteristics on mandatory compliance in developing countries: The case of Bangladesh.** International Journal of Accounting, v. 29, p. 60-66. 1994.
- ASSAF NETO, A.. **Estrutura e análise de balanços: um enfoque econômico financeiro.** São Paulo: Atlas. 2008.
- BAPTISTA, E. M. B. **Análise do perfil das empresas brasileiras segundo o nível de gerenciamento de resultados.** Tese (Doutorado em Administração). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 2008.
- BURGSTAHLER, D.; DICHEV, I. **Earnings management to avoid earnings decrease sand losses.** Journal of Accounting and Economics, v. 24, p. 99-126. 2007.
- BUSHMAN, R. M.; PIOTROSKI, J. D.; SMITH, A. J. **What determine corporate transparency?** Journal of Accounting Research. v. 42, n. 2, Mayo. 2004.
- BUSHMAN, R. M.; SMITH, A., J. **Transparency, financial accounting information, and corporate governance.** Economic Policy Review, april. 2003.

- CARVALHO, F. de M.; KAYO, E. K.; MARTIN, D. M. L. **Tangibilidade e intangibilidade na determinação do desempenho persistente de firmas Brasileiras**. Rev. adm. contemp. [online]. vol.14, n.5, pp. 871-889. 2010.
- COOPER, D.R. & SCHINDLER, P.S. **Métodos de Pesquisa em Administração**. São Paulo: Bookman, 7a. Ed. 2003.
- CFC- Conselho Federal de Contabilidade. **Resolução nº 1.055, de 07 de outubro de 2005**. Cria o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e dá outras providências. 2005.
- CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis. **Pronunciamento Técnico CPC 27**, de 31 de setembro de 2008. Ativo Imobilizado. Disponível em <http://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Pronunciamentos>. Acesso em 28 de abril de 2014.
- CRUZ, C. V. O. A.; LIMA, G. A. S. F. **Reputação Corporativa e Nível de Disclosure das Empresas de Capital Aberto no Brasil**. Revista Universo Contábil, vol. 6, núm. 1, pp. 85-101. 2010.
- CUNHA, J. V. A.; COELHO, A. C. **Regressão linear múltipla**. In: CORRAR, Luiz J; PAULO, Edilson; DIAS FILHO, José Maria (Org.). **Análise Multivariada: para os cursos de administração, ciências contábeis e economia**. São Paulo: Atlas. 2009.
- DEMIRGÜÇ-KUNT, A.; & MAKSIMOVIC, V. **Institutions, financial markets, and firm debt maturity**. Journal of Financial Economics, v. 54, n. 3, p. 337-363, dez. 1999.
- DEPOERS, F. **A cost benefit study of voluntary disclosure: some empirical evidence from French listed companies**. European Accounting Review, v. 9, p. 245-263. 2000.
- FERRI, M.; JONES, W. X. **Determinantsof financial structure: a new methodological approach**. The Journal of Finance, v. 34, n. 3, June. 2000.
- FRERI, M. R.; SALOTTI, B. M. **Comparabilidade de empresas administradoras de Shoppings Centers do Mercado de Capitais Brasileiro**. Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ (online), Rio de Janeiro, v.18, n.1, p. 26 - p. 45, jan./abril. 2013.
- FROST, C; GORDON, E.; POWNALL, G. **Financial report ingand disclosure quality, and emerging market companies**. Access to capital in global markets. Social Science Research Network, abril. 2008.
- GALLON, A. V.; CRIPPA, M.; GOIS, A. F.; DE LUCA, M. M.M. **As Mudanças no Tratamento Contábil do Leasing e seus Reflexos nos Indicadores Econômico-Financeiros das Companhias Aéreas Brasileiras**. Revista de Finanças Aplicadas. pp.1-18. 2012.
- HENDRIKSEN, E.S.; VAN BREDA, M. F. **Teoria da contabilidade**. 5ª ed., São Paulo, Atlas, 550 p. 1999.
- HOSSAIN, M. **The extent of disclosure in annual reports of banking companies: The case of India**. American Accounting Association Annual Meeting. 2008.
- LAPOINTE-ANTUNES, P.; CORMIER, D.; MAGNAN, M. **Equity recognition of mandatory accounting changes: the case of transition al good will impairment losses**. Revue Canadiennedes Sciences de l' Administration, v. 25, p. 37-54. 2008.
- LOUREIRO, D. Q.; GALLON, A. V.; DE LUCA, M. M. M. **Subvenções e Assistências Governamentais (SAG): Evidenciação e Rentabilidade das maiores empresas brasileiras**. Revista de Contabilidade e Organizações, vol. 5 n. 13 p. 34-54. 2011.
- MARTINS, E.; GELBCKE, E. R.; SANTOS, A. D.; IUDÍCIBUS, S. D. **Manual de contabilidade societária**. FIECAFI - Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras, PEA/USP. São Paulo, Atlas. 2013.
- MARTINEZ, L. A. **“Gerenciamento” dos resultados contábeis: estudo empírico das companhias abertas brasileiras**. 167 f. Tese (Doutorado em Ciências Contábeis) – Departamentos de Contabilidade e Atuária, Faculdade de Economia, Administração e

Contabilidade da Universidade de São Paulo. São Paulo. 2001.

MIRANDA, K. F; TOMÉ, W. C.; GALLON, A. V. **Evidenciação da Remuneração Variável nas Melhores Empresas para se Trabalhar Listadas na BM&FBovespa: um Estudo à Luz dos CPCs 10 e 33.** Pensar Contábil, Rio de Janeiro, v. 13, n. 51, p. 35 - 47, maio/ago. 2011.

MURCIA, F. D.-R. **Fatores determinantes do nível de disclosure voluntário de companhias abertas no Brasil.** São Paulo, SP. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, 173 p. 2009.

MURCIA, F.D.R., SOUZA, F. C.; DILL, R. P.; COSTA JR. N. A. **Impacto do nível de disclosure corporativo na volatilidade das ações de companhias abertas no Brasil.** Revista de Economia e Administração, 10 (2). 2011.

OZKAN, A. **“Determinants of Capital Structure and Adjustment to Long Run Target: Evidence from UK Company Panel Data,”** Journal of Business Finance and Accounting, Vol. 28, No. 1-2, pp. 175-198. 2001.

PEROBELLI, F.; FAMÁ, R. **Determinantes da estrutura de capital: aplicação a empresas de capital aberto brasileiras.** Revista de Administração, v. 37, n. 3, jul.-set. 2002.

PEROBELLI, F. F. C.; FAMA, R. **Fatores determinantes da estrutura de capital para empresas latino-americanas.** Rev. adm. contemp. [online]. vol.7, n.1, pp. 9-35. 2003.

PONTE, V. M. R; DE LUCA, M. M. M; OLIVEIRA, M. C; AQUINO, L. D. P.; CAVALCANTE, D. S. **Análise do Grau de Cumprimento as Práticas de Divulgação Definidas pelo Pronunciamento Técnico CPC 13 no Âmbito das Companhias Abertas.** REPeC, Brasília, v. 6, n. 1, art. 3, p. 38-53, jan./mar. 2012.

RAJAN, R.; ZINGALES, L. **What do we know now about capital structure? Some evidence from international data.** Journal of Finance, v. 50, n. 5, Dec. 1995.

REIS, L. G.; NOGUEIRA, D. R. **Disclosure do Ativo Imobilizado: Análise das práticas pelas empresas do novo mercado considerando o CPC 27.** Revista de Estudos Contábeis, v. 3, n. 4. 2012.

REIS, A. O; ANJOS, D.A; SEDIYAMA, G. A. S.; LÉLIS, D. L. M. **Disclosure da recuperabilidade do valor do ativo imobilizado: Análise no setor siderúrgico brasileiro.** Revista Ambiente Contábil. v. 5, n. 2. 2013.

RODRIGUES, A.; PAULO, E.; CARVALHO, L. N. **Gerenciamento de resultados por meio das transações entre companhias brasileiras interligadas.** Revista de Administração da USP – RAUSP, v. 42, n. 2, p. 216-226. 2007.

SCHROEDER, R. G; CLARK, M. W.; CATHEY, J. M. **Financial accounting: theory and analysis.** 7 ed. New York: Wiley. 2001.

SCHVIRCK, E.; LUNKES, R. J.; GASPARETTO, V. **Divulgação de Informações por Segmento: Panorama da Aplicação do CPC 22.** REPeC, Brasília, v. 7, n. 2, art. 2, p. 131-146, abr./jun. 2013.

SCOTT, F.; MARTIN, J. **Industry influence on financial structure.** Financial Management, Spring. 1975.

SOUZA, M. M.; BORBA, J. A.; ZANDONAI, F. **Evidenciação da Perda no Valor Recuperável de Ativos nas Demonstrações Contábeis: uma Verificação nas Empresas de Capital Aberto Brasileiras.** Revista Contabilidade Vista & Revista, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, v. 22, n. 2, p. 67-91, abr./jun. 2011.

SOUZA, M. M.; BORBA, J. A.; WUERGES, A. F. E.; LUNKES, R. J. **Perda no valor recuperável de ativos: fatores explicativos do nível de evidenciação das empresas de capital aberto brasileiras.** Anais do Congresso USP de Controladoria e Contabilidade, São Paulo, SP, Brasil, 2011.

SZUSTER, N.; FERNANDES, F. da S. **Comparação entre Redução ao Valor recuperável de Ativos e Reavaliação de ativos.** Pensar Contábil, Rio de Janeiro, v. 11, n. 45, p. 5 - 13, jul./set. 2009.

TITMAN, S. & WESSEL R. **The determinants of capital structure choice.** Journal of Finance, v. 43, n.1, p. 1-19, mar. 1988.

VERRECCHIA, R.E. **Essays on disclosure.** Journal of Accounting and Economics, 32:97-180. 2001.

WALLACE, O; NASER, K. **Firm specific determinants of the comprehensiveness of mandatory disclosure in the corporate annual reports of firms listed on the stock exchange of Hong Kong.** Journal of Accounting and Public Policy, v. 14, p. 311-368. 1995.

WATTS, R. L.; ZIMMERMAN, J. L. **Positive Accounting theory.** 1996.